

ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA DE ESTUDANTES NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO EM NATAL/RN

Ana Katarina N de Azevedo¹
Adalgiza Maria Alves Pereira²

RESUMO:

O estudo sobre a Educação Inclusiva perpassa pela dimensão teórica e pelo diálogo desta na prática. Um docente eticamente comprometido precisa estar atento ao que acontece na sociedade para mediar e ressignificar os valores que permeiam o cotidiano dos estudantes. O presente artigo teve o objetivo de analisar como a legislação que trata de estudantes com deficiências e necessidades educativas específicas vêm sendo aplicada no cotidiano escolar. O estudo de caso foi realizado em uma Escola Estadual do Rio Grande do Norte. Em 2024 a quantidade de estudantes AEE matriculados foi de 72 estudantes. Destes, 35 eram estudantes que apresentavam Deficiência Intelectual, 27 Transtorno do Espectro Autista (TEA) e 10 Deficiência Física. Ao realizar a pesquisa verificou-se que o número de matrículas cresceu entre 2023 e 2024, ocorrendo um aumento de 70 para 98 estudantes. O Sistema Integrado de Gestão da Educação, apresenta a matrícula de 98 estudantes, no entanto na secretaria da própria escola consta 72 estudantes esta discrepância atrela-se aos fatores: as matrículas online podem ter influenciado que alguns responsáveis tenham preenchido o formulário de forma equivocada, a SEEC contabiliza a cada estudante AEE com duas matrículas e ainda o software contar o mesmo estudante duas vezes quando há no laudo deficiências mútuas. Apesar da discrepância, a escola vem contribuindo para o objetivo da Política Nacional ocorrendo as matrículas e o estudante vem sendo inserido em sala de aula. No entanto, o Governo do RN não enviou quantidade suficiente de profissionais, a escola dispõe de 08 profissionais quando deveria ter 14 profissionais. Conclui-se que a Escola tem aplicado os princípios e propostas da legislação sobre Educação Inclusiva, tornado a escola polo de referência, no entanto, faltam algumas prerrogativas Estaduais: melhorar a infraestrutura da escola e disponibilizar mais profissionais para o atendimento em sala de recursos funcionais.

Palavras-chaves: Inclusão, Política Nacional de Educação Especial, Direitos Humanos

ABSTRACT

The study of *Inclusive Education* permeates the theoretical dimension and its dialogue in practice. An ethically committed teacher needs to be aware of what happens in society to mediate and give new meaning to the values that permeate students' daily lives. This article aimed to analyze how legislation that deals with students with disabilities and specific educational needs has been applied in everyday school life. The case study was carried out in a *Rio Grande do Norte State School*. In 2024, the number of *AEE Students* enrolled was 72 students. Of these, 35 were students with *Intellectual Disabilities*, 27 with *Autism Spectrum Disorder (ASD)* and 10 with *Physical Disabilities*. When carrying out the research, it was found that the number of enrollments grew between 2023 and 2024, with an increase from 70 to 98 students. The *Integrated Education Management System* shows the enrollment of 98 students, however, the school's own secretariat lists 72 students. SEEC counts each *AEE Student* with two enrollments and the software also

¹ Mestre pelo PROFBIO/UFPB; anakatarinaazevedo@gmail.com

² Orientadora pelo Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy - IFESP

counts the same student twice when there are mutual disabilities in the report. Despite the discrepancy, the school has been contributing to the objective of the National Policy, with enrollments occurring and the student being included in the classroom. However, *The Government of RN* did not send enough professionals, the school has 8 professionals when it should have 14 professionals. It is concluded that the *School* has applied the principles and proposals of the legislation on *Inclusive Education*, making the school a point of reference, however, some state prerogatives are missing: improving the school's infrastructure and making more professionals available to provide assistance in the functional resource room.

Keywords: Inclusion, National Special Education Policy, Human Rights

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a Educação Inclusiva perpassa não só pela dimensão teórica como pelo diálogo desta na prática. Um docente eticamente comprometido precisa estar sempre atento ao que acontece na sociedade em que vive para poder mediar e ressignificar os valores que permeiam o cotidiano de seus estudantes.

Dialogar com seus estudantes a respeito das singularidades inerentes aos sujeitos com diferentes habilidades, opiniões e características únicas deve ser um dos fatores cruciais para favorecer o desenvolvimento do senso de respeito pela diversidade.

O presente artigo tem o objetivo de analisar como a legislação que trata de estudantes com deficiências e necessidades educativas específicas vêm sendo aplicada no cotidiano escolar. É fruto de um estudo de caso realizado em uma Escola Estadual do Rio Grande do Norte, como requisito de conclusão do componente curricular Educação Especial do curso de Pedagogia, do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy. O estudo foi dividido em tópicos - a) Aspectos legais e a Política Nacional de Educação Especial, b) A escola Estadual Professor Antônio Pinto de Medeiros: um estudo de caso, c) Uma breve discussão sobre as recomendações legais e a realidade escolar; Considerações e Referências.

No tópico: Aspectos legais e a Política Nacional de Educação Especial são evidenciadas a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o atendimento educacional especializado na educação básica, e a resolução nº 03/2016-ceb/cee/rn, 23 de novembro de 2016. No tópico a escola Estadual Professor Antônio Pinto de Medeiros: um estudo de caso apresenta-se a quantidade de estudantes, o percentual de estudantes com atendimento AEE e outros aspectos pertinentes à temática. No tópico uma breve discussão sobre as recomendações legais e a realidade escolar, buscou-se relacionar e avaliar o que está na legislação e o que efetivamente torna-se possível fazer na escola em estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

ASPECTOS LEGAIS E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva vem sendo avaliada e debatida do cenário político e social principalmente após a implementação da Constituição Federal de 1988, aclamada como Constituição cidadã desde então passou-se a observar os princípios dos direitos humanos, no entendimento de que todos os cidadãos, por serem humanos, deveriam ser tratados de forma equitativa mesmo em suas diferenças.

A Política Nacional de Educação Especial orienta em seus objetivos que haja inclusão de estudantes em sala de aula garantindo a estes o direito à escolarização, bem como oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo necessário que haja acessibilidade arquitetônica e espaços para o atendimento.

A Diretrizes operacionais da educação especial trazem conceitos importantes entre eles: O conceito de Educação Especial enquanto uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, e as diretrizes para a efetivação de serviços e recursos da educação especial como sendo “aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares”

Os estudantes do AEE devem ser atendidos “prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação”

Já a resolução de 2016 foi criada com o objetivo de “fixar normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial” sendo um deles a instituição de sala Multifuncionais nas quais devem ter “professores especializados no AEE e estarem equipadas com material de ensino-aprendizagem, inclusive com jogos e tecnologias que atendam às demandas específicas de aprendizagem dos alunos”. Deve-se observar o disposto no artigo 12, § 3º que “compete ao professor, que atende a alunos apresentar à escola relatório das atividades desenvolvidas, registro do período de atendimento e o resultado da aprendizagem a ser descrita na ficha individual do aluno”, não se excluindo a participação do professor de sala de aula em suas diferentes disciplinas.

Esta mesma resolução preconiza em seu artigo 11 que devem ser incluídos no Projeto Político Pedagógico (PPP) a oferta do Atendimento Educacional Especializado, contemplando na sua organização “as formas de atendimento que viabilizem o desenvolvimento das atividades pedagógicas de acordo com a deficiência”

Em termos de avaliação deve-se observar o disposto no artigo 16, § 2º “A avaliação de aprendizagem no Ensino Fundamental - anos finais e no Ensino Médio, terá o caráter formativo predominando sobre o quantitativo, observando o progresso individual e contínuo que favoreça o crescimento do educando”.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi um estudo de caso, metodologia que permite o estudo de situações nas quais o fenômeno estudado não pode ser manipulado, mas onde é possível se fazer observações diretas, entrevistas sistemáticas e mesmo levantamentos, especialmente quando se procuram explicações aprofundadas sobre o fenômeno estudado. Os aspectos relevantes para o desenho e a condução de um trabalho de pesquisa com o uso deste método envolve a análise de evidências e a elaboração do relatório (BRESSAN, 2000).

De acordo com BONOMA, 1985, o método do Estudo de Caso é visto como um recurso pedagógico ou como uma maneira para se gerar 'insights' exploratórios. Assim O Método do Estudo de Caso " ... não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado" (GOODE & HATT, 1969, p.422).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

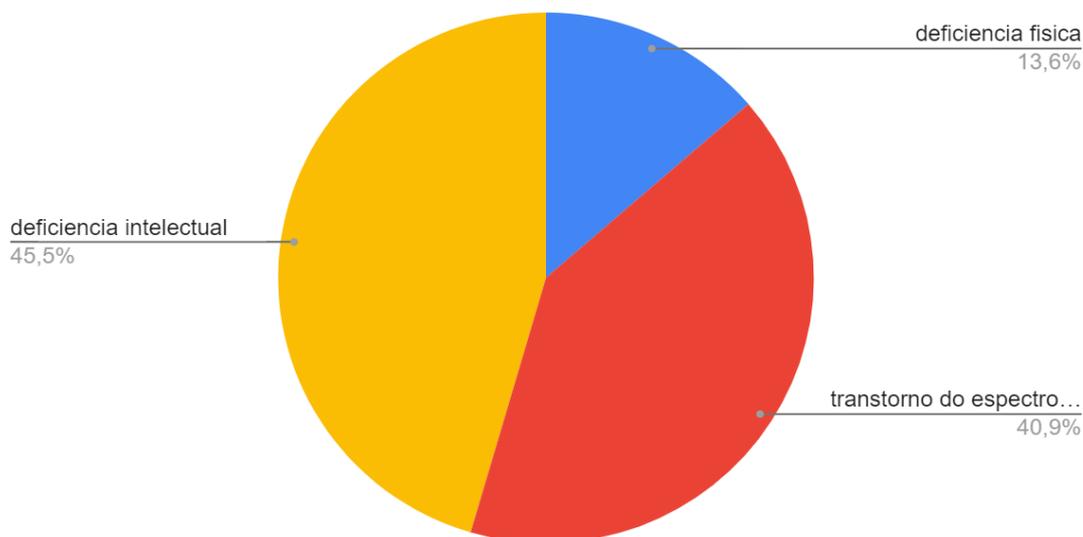
A ESCOLA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DE CASO

A escola em observação e estudo se situa no bairro de Cidade Satélite/Pitimbu em Natal/RN. Possui conforme o Sistema Integrado de Gestão da Educação - SIGEDUC no ano de 2024 um total de 817 estudantes matriculados no Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. Em sua estrutura tem-se 12 (doze) salas de aulas, 1 (hum) laboratório de informática, 1 (hum) biblioteca e (1) Sala de Recursos Multifuncionais - (SRN) para Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No turno matutino funcionam Ensino Fundamental anos finais e nos turnos vespertino e noturno Ensino Médio. Em 2024 a quantidade de estudantes AEE matriculados foi de 72 estudantes.

Destes estudantes temos: 35 estudantes que apresentam deficiência Intelectual, 27 estudantes Transtorno do espectro autista (TEA) e 10 estudantes deficiência física (Gráfico 01).

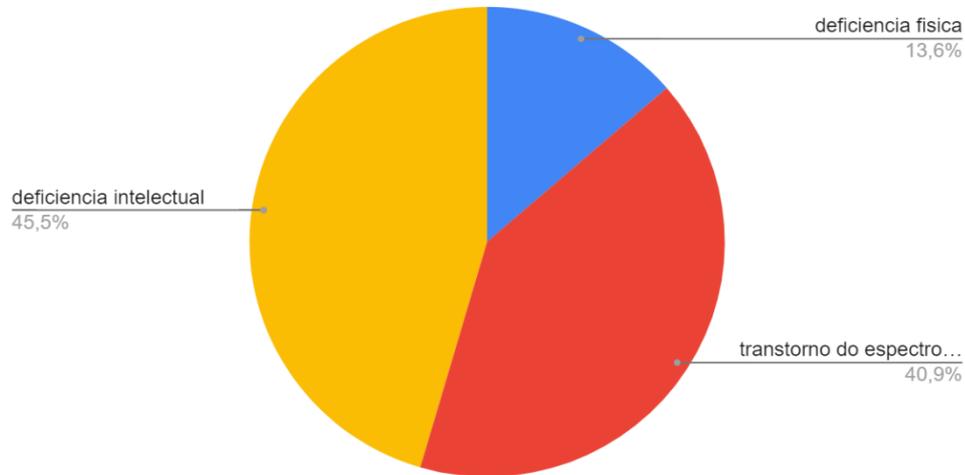
DISTRIBUIÇÃO DE ESTUDANTES AEE E SUAS SINGULARIDADES



Fonte: Relatório da Secretaria da escola, 2024

No matutino, 27 estudantes cursam o Ensino Fundamental anos finais, sendo 10 que apresentam deficiência Intelectual, 09 Transtorno do espectro autista e 03 deficiência física (conforme gráfico 02). Estes estudantes são atendidos por professores do quadro, sendo no turno matutino 05 (cinco) profissionais da educação e uma enfermeira. Estes profissionais possuem especialização para o atendimento e cursos na área de educação inclusiva. (gráfico 02)

Distribuição por turno dos estudantes AEE e suas singularidades



Fonte: Relatório da Secretaria da escola, 2024

Estes estudantes de AEE estão assim distribuídos por anos, 6º anos com sete estudantes (sendo 2 deficiência física, 2 transtorno do espectro autista, e 3 deficiência intelectual), 7º anos com oito estudantes (sendo 1 deficiência física, 3 transtorno do espectro autista, e 4 deficiência intelectual), 8º anos com quatro estudantes (sendo 2 transtorno do espectro autista, e 2 deficiência intelectual) e 9º anos com três estudantes (2 transtorno do espectro autista, e 1 deficiência intelectual) - Gráfico 03

Distribuição de estudantes AEE por salas no Ensino fundamental anos finais

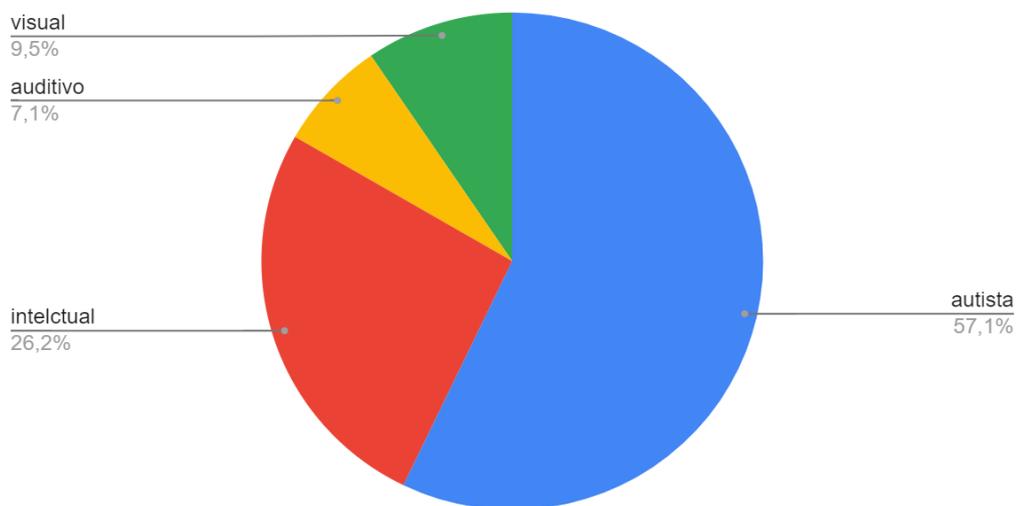


Fonte: Relatório da Secretaria da escola, 2024

No vespertino são 42 estudantes no Ensino Médio sendo 11 que apresentam deficiência Intelectual, 24 Transtorno do espectro autista e 07 deficiências física - sendo 04 auditivo e 03 visuais (conforme gráfico 02). Estes estudantes são atendidos por professores do quadro, sendo no turno vespertino 03 (três) profissionais da educação.

Estes profissionais possuem especialização para o atendimento e cursos na área de educação inclusiva. (gráfico 04)

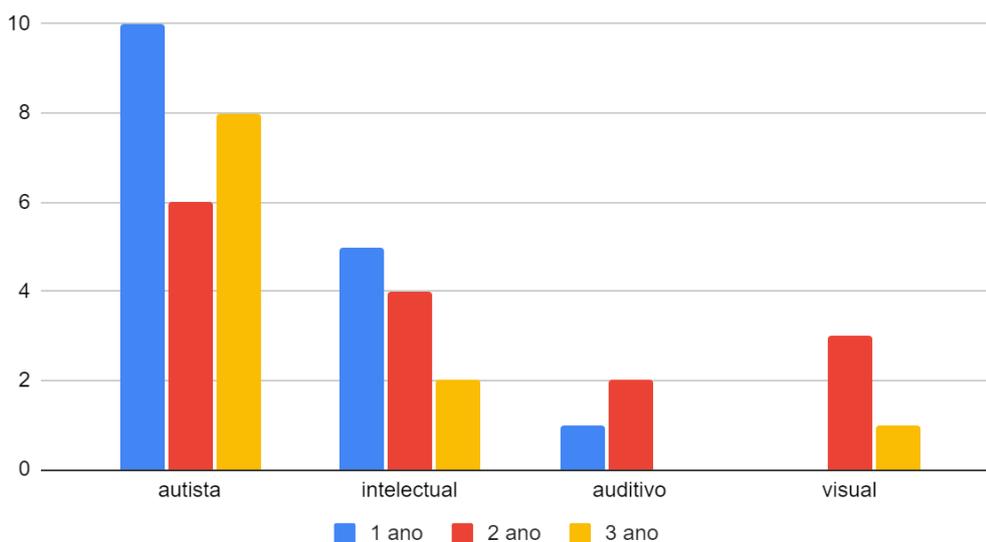
Distribuição por turno vespertino de estudantes AEE e suas singularidades



Fonte: Relatório da Secretaria da escola, 2024

Estes estudantes assistidos no AEE estão distribuídos por séries. Na 1ª série são 16 estudantes (sendo 1 deficiência física, 10 transtorno do espectro autista, e 5 deficiências intelectual), na 2ª série são 15 estudantes (sendo 5 deficiência física, 6 transtorno do espectro autista, e 4 deficiência intelectual); na 3ª série são 11 estudantes (sendo 2 deficiência física, 8 transtorno do espectro autista, e 1 deficiência intelectual) - Gráfico 05.

Distribuição de estudantes AEE por série no ensino Médio



Fonte: Relatório da Secretaria da escola, 2024

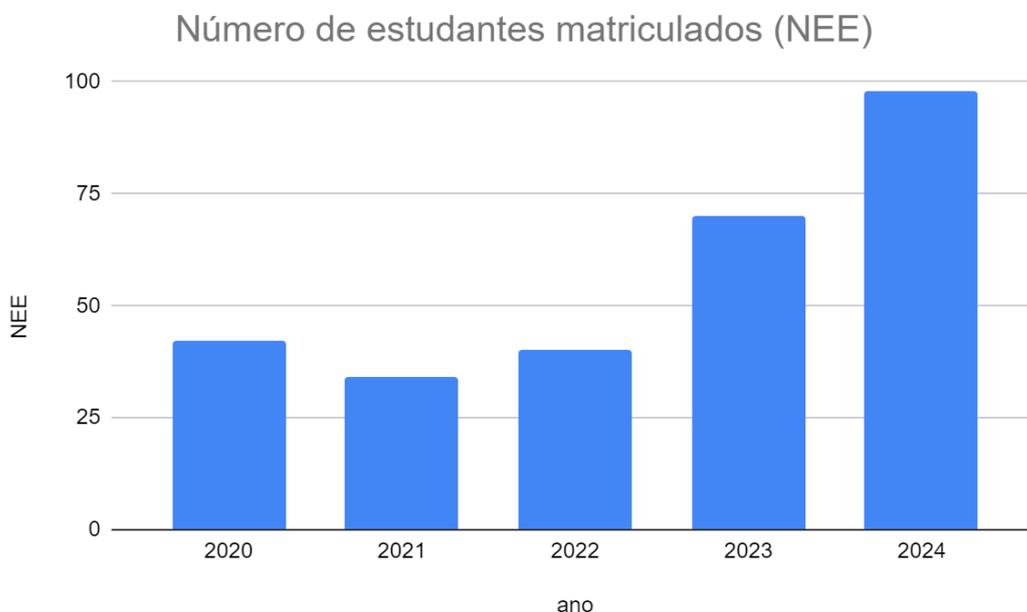
UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE AS RECOMENDAÇÕES LEGAIS E A REALIDADE ESCOLAR

Ao realizar a pesquisa na Escola verificou-se que o número de matrículas de estudantes NEE vem crescendo conforme Gráfico 6, no qual entre 2023 e 2024 houve um aumento de 70 para 98 estudantes.

O gráfico 6 tem como fonte o SIGEDUC, Sistema Integrado de Gestão da Educação, que apresenta a matrícula de 98 estudantes, no entanto na secretaria da própria escola consta 72 estudantes matriculados para o atendimento especial (NEE) discrepância esta que atrela-se a diversos fatores: a) fato de que as matrículas são online é possível que alguns pais/responsáveis preencham o formulário de forma equivocada, a SEEC contabiliza que a cada estudante do grupo de AEE contabiliza-se como se fossem duas matrículas e ainda a possibilidade do software contar o mesmo estudante duas vezes quando há no laudo deficiências mútuas, tais como autismo e deficiência cognitiva, por exemplo.

Apesar da discrepância percebe-se que a escola vem contribuindo para o objetivo da Política Nacional de Educação Especial quanto a questão das matrículas serem realizadas e o estudante seja inserido em sala de aula. No entanto, apesar dos esforços da escola, o governo ao qual está atrelado não enviou ainda quantidade suficiente de profissionais, uma vez que a escola dispõe de apenas 08 profissionais para o atendimento de 72 estudantes, o que interfere no trabalho a ser realizado, deveria se ter ao mínimo 14 profissionais, para que cada profissional pudesse atender um grupo formado por cinco estudantes.

Em relação às Diretrizes Operacionais da Educação Especial entende-se que a escola possui uma Sala de Recursos Multifuncionais atendendo a legislação, devendo-se somente verificar uma possibilidade de conseguir abrir mais uma sala para acomodar melhor os alunos em virtude da grande demanda observada.



Fonte: SIGEDUC, 2024

Já conforme a Resolução nº 03/2016 a escola realiza um trabalho de avaliação condizente com o descrito na lei na qual a avaliação deve ter “caráter formativo predominando sobre o quantitativo, observando o progresso individual e contínuo que favoreça o crescimento do educando” e este ponto é observado tanto pelos profissionais

que atendem o estudante na sala de recursos, bem como pelos professores de sala de aula no qual os mesmos estão inseridos, sendo realizados projetos que atendem a todos e apresentado os avanços de cada um dos estudantes em reuniões próprias e no Conselho de Classe ao final do ano letivo.

5. CONSIDERAÇÕES

O estudo permitiu verificar que a Escola tem aplicado os princípios e propostas da legislação sobre Educação Inclusiva, e isto tem tornado a escola polo de referência, fato que foi inferido pelo aumento significativo das matrículas de estudantes do público AEE, no entanto, falta algumas prerrogativas que são de ordem do Governo do Estado tais como melhorar a infraestrutura da escola e disponibilizar mais profissionais para o atendimento em sala de recursos funcionais.

REFERÊNCIAS

BONOMA, Thomas V. - Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process. Journal of Marketing Research, Vol XXII, May 1985.

BRESSAN, F. O método do estudo de caso. Administração on line, 1(1), 1-13. disponível em https://posgraduacao.faccat.br/moodle/pluginfile.php/1721/mod_resource/content/0/05estudo_caso-bressan_2009_1.pdf

GOODE, W. J. & HATT, P. K. - Métodos em Pesquisa Social. 3ªed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

RESOLUÇÃO Nº 03/2016–CEB/CEE/RN, 23 de novembro de 2016. Fixa normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Especial. Diário Oficial do Rio Grande do Norte, 10/12/2016.